



O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 98781/2025

Validade: 22/02/2026

Razão social:
ESPLENDORA OBRAS LTDA

CNPJ:
17.897.400/0001-44

Num. Registro:
55177

Data do Registro:
25/06/2013

Capital Social:
R\$ 700.000,00

Endereço:
RUA ORESTES PAVAN, 310, LUTHER KING

CEP:
85605-535

Cidade:
FRANCISCO BELTRAO-PR

Nº da Alteração Contratual:
1

Data da última alteração:
05/07/2022

Objetivo Social:

(81.30-3-00) Atividades paisagísticas;
(08.10-0-99) Extração e britamento de pedras e outros materiais para construção e beneficiamento associado;
(23.30-3-02) Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção;
(38.11-4-00) Coleta de resíduos não-perigosos;
(41.20-4-00) Construção de edifícios;
(42.13-8-00) Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas;
(42.22-7-01) Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação;
(42.99-5-01) Construção de instalações esportivas e recreativas;
(43.13-4-00) Obras de terraplenagem;
(43.21-5-00) Instalação e manutenção elétrica;
(43.22-3-01) Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás;
(43.30-4-04) Serviços de pintura de edifícios em geral;
(43.30-4-05) Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores;
(47.44-0-99) Comércio varejista de materiais de construção em geral;
(49.30-2-01) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
(49.30-2-02) Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
(71.12-0-00) Serviços de engenharia;
(81.21-4-00) Limpeza em prédios e em domicílios;
(41.10-7-00) Incorporação de empreendimentos imobiliários.

Restrição de atividade:

Atividades da empresa circunscritas às atribuições de seus responsáveis técnicos.

Encontra-se quite com o exercício 2025

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Responsáveis técnicos pela Matriz - CNPJ: 17.897.400/0001-44

NOME CIVIL: EMMANUELLE KOERICH

Carteira: PR-170796/D - Data de expedição: 05/06/2018

Desde 09/06/2023 - Carga horária: 2h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do Art. 7º da Lei nº 5.194/1966 nos campos da atuação do artigo 28 do Decreto nº 23.569/1933 e do art. 7º da Res. nº 218/1973 do Confea.

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

TÍTULO: ENGENHEIRA DE SEGURANÇA DO TRABALHO - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 359/1991 - Art. 4º



NOME CIVIL: FELIPE SALANTI

Carteira: PR-193869/D - Data de expedição: 23/03/2021

Desde 09/04/2025 - Carga horária: 2h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Obs.: possui competência profissional para as atividades do Art. 7º da Lei nº 5.194/1966 nos campos da atuação do artigo 28 do Decreto nº 23.569/1933 e do art. 7º da Res. nº 218/1973 do Confea.

NOME CIVIL: JEFERSON MANFRO

Carteira: PR-187903/D - Data de expedição: 17/06/2020

Desde 29/05/2025 - Carga horária: 2h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRO CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

NOME CIVIL: KARINE BIZOTTO

Carteira: PR-188451/D - Data de expedição: 15/07/2020

Desde 19/02/2025 - Carga horária: 2h

Situação: Ativo

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRA CIVIL - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Obs.: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

NOME CIVIL: ROBSON OTTO GONÇALVES METZLER

Carteira: PR-158864/D - Data de expedição: 10/02/2017

Desde 22/04/2022 - Carga horária: 2h

Desde 11/04/2018 até 07/04/2022 - Carga horária: 8h

Situação: Ativo



TÍTULO: ENGENHEIRO AGRONOMO - Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 5º

TÍTULO: ENGENHEIRO AGRONOMO - Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

TÍTULO: ENGENHEIRO AGRONOMO - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.196/1933 - Art. 6º

Obs.: incisos a até h, l, p, q, r, t.

TÍTULO: ENGENHEIRO AGRONOMO - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.196/1933 - Art. 7º

Obs.: incisos a, b, e, g

TÍTULO: ENGENHEIRO AGRONOMO - Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 37º

Obs.: parágrafo único, alíneas a até e

Para fins de: Licitações

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 244958/2025, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 26/08/2025 14:51:21

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.